

## 09 DE FEVEREIRO 2010

Terça-feira

- **UMA VOZ CONTRA O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL**
  - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. ROBERTO KARAM PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR
- **FIESP E CIESP SÃO CONTRA REDUÇÃO OBRIGATÓRIA DA JORNADA DE TRABALHO**
- **REQUIÃO QUER ETERNIZAR O REAJUSTE REAL DO PISO**
- **PISO REGIONAL DO PARANÁ CHEGA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**
- **INDÚSTRIA VOLTA A DEMITIR APÓS 5 MESES, APONTA IBGE**
- **EMPREGO REGISTRA QUEDA DE 2,7%, APONTA IBGE**
- **EMPREGO INDUSTRIAL CAI 5,3% EM 2009, O MAIOR RECUO DESDE 2002**
- **LIMINAR LIVRA 500 EMPRESAS DO NOVO SAT**
- **CESTA BÁSICA SOBE EM 10 CAPITAIS**
- **CESTA X SALÁRIO MÍNIMO**
- **PARA GUIDO MANTEGA, PAÍS CRESCE SEM PRESSÃO INFLACIONÁRIA**
- **EM REGRA, O CARNAVAL NÃO É CONSIDERADO FERIADO NACIONAL**
- **RFB ATUALIZA NORMA SOBRE O REGISTRO NO CNPJ**
- **DIVULGADO O CÂMBIO PARA ATUALIZAÇÕES DE BALANÇO EM JANEIRO**
- **PROJETO REDUZ PARA 65 ANOS IDADE MÍNIMA PARA SAQUE DO FGTS**

<b>Câmbio</b>		
Em 08/02/2010		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,872	1,873
<b>Euro</b>	2,560	2,562

Fonte: Valor Econômico

### **UM VOZ CONTRA O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL**

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. ROBERTO KARAM – PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR

09/02/2010 – Jornale - Zé Beto

Roberto Karam, presidente do Sindimetal, foi à rádio CBN para desancar o projeto do governo do Paraná que aumenta o piso do salário mínimo, cuja mensagem está sendo

entregue agora na Assembleia Legislativa pelo vice-governador Orlando Pessuti e vai passar pelas comissões antes de chegar ao plenário para votação. A saber:

- É uma atitude populista, eleitoreira, que faz cortesia com chapéu alheio.
- Lamento que não haja nenhum deputado que represente o setor na Assembleia Legislativa. Obviamente, às vésperas das eleições, ninguém vai votar contra. Mas é preciso saber que a medida traz inúmeras consequências negativas, que acabam dando força para a economia informal.
- Não sou contra aumento, mas contra uma decisão por decreto, sem planejamento. Este reajuste é completamente fora da realidade.

### FIESP E CIESP SÃO CONTRA REDUÇÃO OBRIGATÓRIA DA JORNADA DE TRABALHO

09/02/2010 – Fiesp e Ciesp

Nota Oficial em anexo.

### REQUIÃO QUER ETERNIZAR O REAJUSTE REAL DO PISO

09/02/2010 – Gazeta do Povo



Pessuti, em meio a integrantes do governo e sindicalistas, na caminhada para entregar o pacote de projetos que beneficiam os trabalhadores

O governador Roberto Requião (PMDB) decidiu “eternizar” sua política de reajuste acima da inflação para o salário mínimo regional. Ele quer incluir na Constituição Estadual a obrigação de a iniciativa privada paranaense pagar o piso paranaense reajustado todos os anos acima da inflação aos trabalhadores assalariados cujas categorias não possuem acordo ou convenção coletiva de trabalho. O percentual de reajuste seria definido por um cálculo que passaria a constar da Constituição: a variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná, referente a dois anos anteriores, somado ao percentual da inflação do ano anterior.

A proposta de emenda constitucional (PEC) do salário mínimo regional foi encaminhada ontem à Assembleia Legislativa, juntamente com o projeto de lei que reajusta o piso deste ano – cujo percentual de reajuste vai variar de 9,5% a 21,5%, dependendo da categoria profissional (o piso passa a variar entre R\$ 663 e R\$ 765 – o salário das empregadas domésticas, por exemplo, passaria de R\$ 615,10 para R\$ 688,50).

Se a PEC for aprovada, portanto, só terá efeitos para os governadores que vieram depois dele. Na matemática da emenda constitucional proposta pelo governo, o cálculo para o aumento salarial em 2011, por exemplo, deve levar em conta a variação positiva do PIB do Paraná do ano de 2009 e a inflação de 2010, medida a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Outro projeto de lei, enviado por Requião na semana passada à Assembleia, vincula os salários de funcionários terceirizados prestadores de serviço ao governo paranaense – como serventes, faxineiras e copeiras – ao salário mínimo regional do Paraná. Nenhuma empresa terceirizada vencedora de licitação para trabalhar para o governo poderá pagar menos que o piso a seus funcionários.

Debate antes do voto

Os três projetos ainda não têm data para serem votados. O presidente da Assembleia, Nelson Justus (DEM), disse que as propostas, por serem polêmicas, deverão ser debatidas antes da votação por meio de audiências públicas com trabalhadores, centrais sindicais e empresários.

O pacote já enfrenta resistência dos próprios deputados. Reni Pereira (PSB) diz que nenhum parlamentar vai querer votar contra os trabalhadores, mas que é preciso debater a capacidade que empresas e profissionais autônomos terão de pagar o novo piso, com reajustes automáticos anuais. “Não é por estarmos num ano de eleição que temos que votar no impulso do clamor dos dirigentes sindicais. É preciso cautela nessa votação para ver se esse aumento significa melhoria para os trabalhadores ou desemprego”, alerta Reni Pereira.

## **PISO REGIONAL DO PARANÁ CHEGA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

09/02/2010 – Documento Reservado

Ontem, do lado de fora da Assembleia Legislativa, carro de som gritando palavras de ordem e muitas faixas. Dentro, as galerias entupidas de militantes da CUT, CGT, Nova Central Sindical e Força Sindical e de todo o secretariado do Governo do Estado. É que o vice-governador Orlando Pessuti (PMDB) e o secretário-chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, foram à Casa para entregar projetos de lei do Executivo. Um deles trata da PEC (Proposta de emenda à Constituição) para implantar, definitivamente, o piso mínimo regional, o maior do País. Por enquanto, o benefício atende apenas as categorias que não têm representatividade sindical, como as empregadas domésticas. Alguns deputados já estão se mobilizando para ampliar o leque de trabalhadores a serem beneficiados pela medida. Tadeu Veneri (PT) é um deles, ao propor que o piso seja estendido aos funcionários de empresas terceirizadas. O vice-governador, ao defender o projeto sobre o piso regional do salário mínimo, para 2010, disse que esse é um “avanço que poucos estados têm”. Pessuti também fez um apelo às demais prefeituras do Paraná para que também elaborem lei igual para serem aprovadas nas Câmaras Municipais. “A Assembléia Legislativa cobrou isso. Essa proposta dá dignidade e condição de trabalho mais confortável, mais sadia aos trabalhadores que estão à mercê das políticas públicas de salário. Um salário melhor, já está provado, faz com que o círculo virtuoso da economia se estabeleça. O piso regional vem beneficiar milhares de trabalhadores, que injetam na economia do Paraná, pelo menos R\$ 150 milhões todos os meses. É a repartição dos lucros com a classe trabalhadora”, avaliou o peemedebista.

## **INDÚSTRIA VOLTA A DEMITIR APÓS 5 MESES, APONTA IBGE**

09/02/2010 – Gazeta do Povo

O emprego na indústria brasileira caiu 0,6 por cento em dezembro sobre novembro e 2,7 contra igual mês do ano anterior, encerrando 2009 com queda de 5,3 por cento, a maior da série histórica iniciada em 2002.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar dos dados ruins do mês, outros indicadores mostraram leituras melhores. A média móvel trimestral aumentou 0,4 por cento em dezembro sobre novembro, no quinto mês de alta.

O emprego no quarto trimestre teve alta de 1,6 por cento sobre o trimestre, quando o avanço havia sido menor, de 0,3 por cento.

### **EMPREGO REGISTRA QUEDA DE 2,7%, APONTA IBGE**

08/02/2010 – O Estado do Paraná

O emprego industrial caiu 0,6% em dezembro do ano passado, na comparação com novembro, na série com ajuste sazonal, segundo informou hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação a dezembro de 2008, o emprego registrou queda de 2,7%. Com o resultado, o emprego na indústria fechou o ano de 2009 com uma queda de 5,3%. Este é o pior resultado desde o início da série histórica anual da pesquisa, em 2002.

No entanto, os técnicos do IBGE destacaram, no documento de divulgação da pesquisa, que a queda ante o mês anterior "não alterou a trajetória ascendente do emprego". Os dados mostram que o índice de média móvel trimestral, considerado o principal indicador de tendência, registrou alta de 0,4% no trimestre encerrado em dezembro ante o terminado em novembro.

#### **Folha de pagamento**

O valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria recuou 3,7% em dezembro ante novembro, na série com ajuste sazonal. Na comparação com dezembro de 2008, segundo o IBGE, a folha registrou redução de 5,0%.

No acumulado de 2009, a folha de pagamento real teve recuo de 2,8%. Já o índice de média móvel trimestral da folha registrou queda de 1,2% no trimestre encerrado em dezembro ante o terminado em novembro.

### **EMPREGO INDUSTRIAL CAI 5,3% EM 2009, O MAIOR RECUO DESDE 2002**

09/02/2010 – Valor Econômico

SÃO PAULO - O emprego industrial nacional encolheu 0,6% em dezembro de 2009, perante um mês antes, e registrou queda de 2,7% no comparativo com mesmo intervalo de 2008. No ano passado como um todo, o número de pessoas ocupadas na indústria recuou 5,3%, a maior baixa desde o início da série histórica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002.

No último mês de 2009, frente a dezembro do exercício antecedente, 11 dos 18 setores avaliados registraram corte de pessoal, como meios de transporte, com redução de 8,4%. Por região, houve enxugamento de trabalhadores, por exemplo, nas indústrias da região Sudeste (-3,1%), sobressaindo o caso de São Paulo (-2,1%).

Em 2009 completo, somente a indústria de papel e gráfica ampliou o contingente de empregados, em 7,2%. Dos setores que promoveram demissões, apareceram meios de transporte (-9,8%), máquinas e equipamentos (-8,6%), vestuário (-7,9%), produtos de metal (-9,1%) e madeira (-16,8%).

Regionalmente, todas as localidades analisadas suprimiram postos de trabalho. O corte de vagas em 2009 foi mais intenso em São Paulo (-4%) e em Minas Gerais (-8,5%), apontou o IBGE em seu estudo.

Quanto ao número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, foi observada queda de 0,1% na passagem de novembro para dezembro de 2009, na série livre dos efeitos sazonais. O resultado interrompeu uma sequência de seis avanços seguidos. No acumulado do ano, a baixa de 5,6% foi a mais significativa desde o começo da série, em 2002.

No caso do valor da folha de pagamento real, o IBGE mostrou decréscimo de 3,7% no comparativo mensal e declínio de 2,8% nos 12 meses até dezembro de 2009.

(Juliana Cardoso | Valor)

## LIMINAR LIVRA 500 EMPRESAS DO NOVO SAT

09/02/2010 – Valor Econômico

As cerca de 500 companhias associadas ao Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-Obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo (Sindeprestem) estão livres da nova metodologia adotada para o cálculo da contribuição ao Seguro Acidente do Trabalho (SAT). Uma liminar da juíza Taís Vargas Ferracini de Campos Gurgel, da 4ª Vara Federal de São Paulo, afastou a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), instituído pelo Decreto nº 6.957, de 2009, que aumentaria a alíquota do tributo. A decisão livrou as empresas - que pagavam 2% sobre a folha de salários - de um aumento médio de um ponto percentual.

A juíza entendeu que "o método de usar cálculos baseados em projeções de expectativa de vida nos casos de pensão por morte e aposentadoria por invalidez é absolutamente desproporcional." O FAP foi adotado para aumentar ou reduzir as alíquotas da contribuição, com base nos índices de cada empresa. Ele varia de 0,5 a dois pontos percentuais, o que significa que a alíquota de contribuição pode ser reduzida à metade ou dobrar, chegando a 6% sobre a folha de salários. Desde que entrou em vigor, em janeiro, o novo decreto passou a considerar, por exemplo, acidente de percurso como acidente de trabalho. Apesar disso, o Ministério da Previdência afirma que o novo FAP vai beneficiar a maioria das empresas.

A liminar do Sindeprestem poderá ser ainda mais abrangente e alcançar mais três mil empresas. No processo, o sindicato pediu a aplicação do benefício para todas as empresas filiadas. Na decisão, a juíza lembrou-se apenas de citar a palavra associadas, o que só incluiria aquelas que pagam mensalidade para ter acesso aos serviços da entidade. Com a mudança, entrariam também as empresas que apenas

recolhem a contribuição sindical e que não têm direito aos serviços oferecidos. "Já apresentamos recurso e acreditamos que, esta semana, teremos um resultado positivo", diz o advogado que representa a entidade, Ricardo Godoy.

Mais de 90% das filiadas ao Sindeprestem tiveram aumento com o novo FAP. "Não teve uma associada que passará a pagar menos", reclama o presidente do Sindeprestem, Vander Morales. Para o empresário, em um momento de retomada da economia um aumento de carga tributária "e ainda por decreto" desestimula a formalidade.

Várias entidades de classe têm recorrido ao Judiciário contra a aplicação do novo FAP. Entre elas, o Sindicato da Indústria Têxtil de São Paulo (Sinditêxtil-SP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Fehoesp), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo (Sescon-SP) e a Federação das Empresas de Serviços de São Paulo (Fesesp). Mais de 16 empresas já obtiveram liminares na Justiça.

## **CESTA BÁSICA SOBE EM 10 CAPITAIS**

09/02/2010 – Gestão Sindical

Dez capitais apresentaram, em janeiro, elevação no custo dos gêneros alimentícios essenciais, de acordo com dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, realizada mensalmente pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O levantamento é realizado mensalmente em 17 cidades brasileiras.

Apesar da predominância de aumento no preço, as variações foram moderadas na maior parte das localidades. As maiores altas ocorreram em Goiânia (4,61%), Salvador (1,43%) e Florianópolis (1,10%). As principais retrações foram apuradas em Belo Horizonte (-3,87%), Brasília (-3,49%) e São Paulo (-1,39%). Nas demais capitais, os preços variaram entre 0,79%, em João Pessoa e -0,86%, em Vitória.

Em comparação com janeiro de 2009, todas as 17 cidades apresentaram diminuição no custo da cesta. As menores quedas deram-se em Belém (-2,89%) e Recife (-2,99%). As maiores foram apuradas em Belo Horizonte (-11,35%) e Goiânia (-9,38%).

Mais uma vez, o maior custo para a cesta básica foi registrado em Porto Alegre, com R\$ 236,55. São Paulo apresentou o segundo maior valor (R\$ 225,02), vindo a seguir Vitória (R\$ 217,20) e Manaus (R\$ 216,53). Os menores valores foram apurados em Aracaju (R\$ 169,13), João Pessoa (R\$ 171,97) e Recife (R\$ 172,29).

Com base no valor da cesta observado em Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em janeiro deste ano, enquanto o salário mínimo passou a corresponder a R\$ 510,00, o mínimo necessário foi estimado em 3,90 vezes este valor, equivalendo a R\$ 1.987,26. Em dezembro de 2009, quando o salário mínimo era de R\$ 465,00, o menor salário deveria ser de R\$ 1.995,91 (4,29 vezes o mínimo então em vigor).

Em janeiro do ano passado, o salário mínimo necessário era estimado em R\$ 2.077,15, ou seja, 4,62 vezes o mínimo de então (R\$ 415,00).

## CESTA X SALÁRIO MÍNIMO

09/02/2010 – Gestão Sindical

Dez capitais apresentaram, em janeiro, elevação no custo dos gêneros alimentícios essenciais, de acordo com dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, realizada mensalmente pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O levantamento é realizado mensalmente em 17 cidades brasileiras.

Apesar da predominância de aumento no preço, as variações foram moderadas na maior parte das localidades. As maiores altas ocorreram em Goiânia (4,61%), Salvador (1,43%) e Florianópolis (1,10%). As principais retrações foram apuradas em Belo Horizonte (-3,87%), Brasília (-3,49%) e São Paulo (-1,39%). Nas demais capitais, os preços variaram entre 0,79%, em João Pessoa e -0,86%, em Vitória.

Em comparação com janeiro de 2009, todas as 17 cidades apresentaram diminuição no custo da cesta. As menores quedas deram-se em Belém (-2,89%) e Recife (-2,99%). As maiores foram apuradas em Belo Horizonte (-11,35%) e Goiânia (-9,38%).

Mais uma vez, o maior custo para a cesta básica foi registrado em Porto Alegre, com R\$ 236,55. São Paulo apresentou o segundo maior valor (R\$ 225,02), vindo a seguir Vitória (R\$ 217,20) e Manaus (R\$ 216,53). Os menores valores foram apurados em Aracaju (R\$ 169,13), João Pessoa (R\$ 171,97) e Recife (R\$ 172,29).

Com base no valor da cesta observado em Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em janeiro deste ano, enquanto o salário mínimo passou a corresponder a R\$ 510,00, o mínimo necessário foi estimado em 3,90 vezes este valor, equivalendo a R\$ 1.987,26. Em dezembro de 2009, quando o salário mínimo era de R\$ 465,00, o menor salário deveria ser de R\$ 1.995,91 (4,29 vezes o mínimo então em vigor).

Em janeiro do ano passado, o salário mínimo necessário era estimado em R\$ 2.077,15, ou seja, 4,62 vezes o mínimo de então (R\$ 415,00).

### **Cesta x salário mínimo**

O aumento de 9,68% concedido ao salário mínimo a partir de 1º de janeiro fez com que a jornada de trabalho necessária para a aquisição da cesta básica caísse para 86 horas e 48 minutos na média das 17 capitais pesquisadas pelo DIEESE. Em dezembro, o trabalhador que ganha salário mínimo precisava cumprir uma jornada de 95 horas e 20 minutos, enquanto em janeiro de 2009, o tempo de trabalho necessário ficava em 114 horas e 26 minutos.

A redução no comprometimento do salário com a compra da cesta também pode ser vista quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido - após o desconto equivalente à Previdência Social. Enquanto em janeiro último 42,88% do rendimento eram necessários para a aquisição da cesta, em dezembro a mesma compra demandava 47,10% do salário. Em janeiro de 2009 o comprometimento chegava a 56,54% do piso líquido.

## Comportamento dos preços

A alta verificada na maioria das capitais, em janeiro, resultou de elevação em produtos de grande peso na composição da cesta.

O açúcar registrou aumento em 16 capitais, com destaque para João Pessoa (32,47%), Goiânia (19,18%), Vitória (16,97%), Natal (16,77%), Recife (16,56%) e Belo Horizonte (16,35%). Em Aracaju o preço permaneceu inalterado.

A elevação no preço do arroz foi verificada em 12 capitais, em especial em Belo Horizonte (8,51%), Vitória (7,41%), Goiânia (7,23%) e Porto Alegre (7,07%). Em Recife constatou-se estabilidade. Quatro cidades apresentaram redução no custo do produto: Natal (-0,56%), Belém (-0,74%), Manaus (-1,44%) e Fortaleza (-3,12%).

Carne e pão, dois dos itens com maior peso na cesta, subiram em 10 capitais. Com relação à carne, as taxas mais significativas foram apuradas em Goiânia (6,67%), Natal (3,48%), Aracaju (2,55%) e Belém (2,06%). Em São Paulo, a variação foi nula e quedas foram registradas em seis localidades, tais como Belo Horizonte (-2,08%) e Vitória (-1,99%).

No caso do pão, Curitiba (3,17%), Florianópolis (1,73%) e Goiânia (1,58%) apresentaram os maiores aumentos. Três capitais mantiveram os preços estáveis – Aracaju, Belém e Porto Alegre. Dentre as quatro cidades com retração, o destaque foi Belo Horizonte (-2,79%).

Pesquisada nas nove capitais do Centro-Sul do país, a batata teve aumento nas nove.

As maiores taxas foram observadas em Porto Alegre (40,53%), Florianópolis (32,08%) e em Curitiba (31,84%). As menores variações ocorreram em Brasília (2,54%) e Belo Horizonte (3,08%).

Com os preços acompanhados no Norte e Nordeste, a farinha de mandioca apresentou alta em cinco das oito capitais, com destaque para Natal (5,70%) e Belém (5,19%). Dentre as três localidades com queda, a mais significativa ocorreu em Aracaju (8,21%).

Oito itens tiveram predomínio de queda. O tomate ficou mais barato em 15 capitais, o óleo de soja em 13, e o café em 10.

O tomate, produto cujo preço é sempre suscetível a oscilações, apresentou as principais quedas em Curitiba (-29,44%), Porto Alegre (-28,22%), Brasília (-26,02%) e Belo Horizonte (-23,71%). Os aumentos ocorreram em Salvador (15,38%) e João Pessoa (2,86%).

Para o óleo de soja, as maiores retrações foram encontradas em quatro capitais do Norte-Nordeste: João Pessoa (-6,47%), Recife (-4,78%), Belém (-4,15%) e Manaus (-3,66%). Florianópolis apresentou estabilidade e altas foram apuradas em Aracaju (1,59%), Goiânia (0,89%) e Natal (0,35%).

Entre as capitais onde o preço do café recuou, os destaques foram Salvador (-5,97%), Belo Horizonte (-1,54%) e Natal (-1,42%). Em Fortaleza, Curitiba e Aracaju houve

estabilidade. Aumentos foram anotados em Goiânia (4,75%), Recife (3,27%), Brasília (1,09%) e Vitória (0,54%).

Pesquisada apenas nas capitais do Centro-Sul, a farinha de trigo apresentou queda em cinco localidades, especialmente em Vitória (-3,55%). Três cidades tiveram alta, como por exemplo, em Porto Alegre (4,30%) e Goiânia (4,47%), enquanto em Curitiba houve estabilidade.

Em 12 meses, o açúcar se destacou por ter registrado aumento em todas as 17 capitais, com variações entre 21,71%, em Belo Horizonte e 78,38%, em Salvador. As fortes altas têm origem na demanda internacional e no câmbio, diante da redução do valor do real frente ao dólar. A entressafra da cana também contribui para este aumento.

Também em comparação com janeiro do ano passado, o leite apresenta alta em 13 localidades, em especial em Vitória (20,16%), João Pessoa (19,75%) e Natal (19,54%). Os preços não se alteraram em Brasília, enquanto em Belo Horizonte (-12,47%), Salvador (-7,96%) e Belém (-5,94%) houve queda. As taxas elevadas ainda refletem a alta praticada nos primeiros meses do ano passado e este efeito deve ser neutralizado nos próximos meses. O período atual é de plena produção e as pastagens encontram-se em boas condições devido às chuvas.

A manteiga, derivada do leite, encareceu em 12 cidades, com destaque para Porto Alegre (24,81%), Recife (24,35%) e Florianópolis (13,32%). O encarecimento do produto acompanha o comportamento verificado com o leite. Em cinco capitais houve redução de preço, como em Aracaju (-17,57%) e Vitória (-13,21%).

Onze capitais registraram alta no preço do óleo de soja, com as maiores taxas observadas em Recife (6,90%), Brasília (4,49%), Aracaju (4,08%) e Curitiba (4,04%). Em Natal a variação foi nula e foram anotadas reduções em cinco capitais, principalmente em São Paulo (-4,80%) e Belo Horizonte (-4,20%). O aparente declínio da crise financeira tem permitido o aumento da demanda, principalmente da China, e o câmbio com alta no valor do dólar frente ao real favorece as exportações, diminuindo o volume do produto no mercado interno.

Todas as nove capitais do Centro-Sul registraram alta no preço da batata, com variações entre 16,18%, em Goiânia e 67,38%, em Curitiba. A intensidade das chuvas vem prejudicando a produção.

Tomate, feijão, carne e arroz destacaram-se pelo predomínio de retração em seus preços na comparação com janeiro de 2009.

O tomate apresentou queda em todas as 17 capitais, com taxas expressivas variando entre -13,30%, em Manaus e -43,35%, em Aracaju. O tomate havia subido muito durante boa parte de 2009 em função do clima desfavorável e redução da oferta. Desde o final de novembro, com a safra maior, os preços caíram.

Também o feijão ficou mais barato em todas as cidades pesquisadas. A menor redução ocorreu em Belém (-19,28%) e as maiores foram apuradas em Florianópolis (-51,28%) e Curitiba (-51,79%). No início de 2008 houve escassez do produto, resultando em aumento substancial. Os produtores, dado o preço elevado, aumentaram a área plantada, o que resultou em grande safra, e provocou a redução.

O preço da carne caiu em 14 capitais, em especial, em Vitória (-12,98%), Belo Horizonte (-12,61%), Goiânia (-12,06%) e Florianópolis (-11,44%). Os aumentos foram anotados em João Pessoa (5,32%), Aracaju (3,31%) e Recife (0,27%). Apesar de ser período de safra da carne e haver predomínio de redução do preço, já se nota um processo de alta na variação mensal. O Brasil é um dos grandes exportadores do produto e com a demanda mais aquecida e câmbio mais favorável, houve aumento das exportações.

O arroz também apresentou recuo em seus preços em 14 localidades, com as maiores reduções observadas em Aracaju (-30,47%), Belém (-21,18%), Curitiba (-18,18%) e Recife (-17,80%). Os aumentos ocorreram em Porto Alegre (5,91%), São Paulo (1,00%) e Belo Horizonte (0,49%). Apesar de os preços terem reduzido em um ano, no mês as altas predominaram, pois as intensas chuvas vêm prejudicando a safra do arroz, além de haver dificuldade para o transporte pela precariedade das estradas vicinais, o que contribuiu para a elevação dos preços.

## **São Paulo**

A capital paulista continuou a apresentar, em janeiro, o segundo maior valor dentre as 17 capitais onde o DIEESE realiza, regularmente, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica.

Seu custo correspondeu a R\$ 225,02, com um recuo de 1,39%, em comparação com dezembro e de 6,84%, em relação a janeiro de 2009.

Dos 13 produtos que compõem a cesta básica pesquisada em São Paulo, seis tiveram queda: tomate (-19,08%), banana nanica (-4,17%), óleo de soja (-3,64%), farinha de trigo (-2,97%), feijão cariocinha (-0,84%) e café em pó (-0,16%). O preço da carne bovina de primeira manteve-se estabilizado. Elevações foram apuradas para outros seis produtos: batata (6,90%); arroz agulhinha tipo 1 (6,88%); manteiga (5,00%); leite in natura integral (2,48%); açúcar refinado (1,03%) e pão francês (0,66%).

Em comparação com janeiro de 2009, nove itens registraram retração em seus preços, em alguns casos, bastante significativas: feijão (-43,75%); café (-18,64%); farinha de trigo (-17,92%); tomate (-13,91%); banana (-13,11%); manteiga (-9,60%); carne (-5,83%); óleo de soja (-4,80%) e pão (-3,02%). Apenas quatro itens registraram alta em seus preços, a principal notada no açúcar (54,33%). Também aumentaram a batata (29,17%), o leite (8,51%) e o arroz (1,00%).

O trabalhador paulistano cuja remuneração equivale ao salário mínimo necessitou cumprir, em janeiro, uma jornada de 97 horas e 04 minutos para adquirir o conjunto de bens de primeira necessidade. A mesma compra demandava, em dezembro de 2009, cerca de 11 horas a mais, ou seja, 107 horas e 58 minutos. Em janeiro de 2008, o tempo de trabalho necessário para a mesma compra chegava a 128 horas e 02 minutos.

Comportamento equivalente é observado quando se considera o valor do salário mínimo líquido – após o desconto da parcela referente à Previdência Social. Em janeiro último - já com o salário mínimo reajustado para R\$ 510,00, e o líquido correspondendo a R\$ 469,20 – a compra da cesta exigia 47,96% do rendimento, enquanto em dezembro eram necessários 53,34%, e em janeiro de 2009 o comprometimento chegava a 63,26% do mínimo líquido.

Fonte: Dieese

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 8/2/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=2973>

## **PARA GUIDO MANTEGA, PAÍS CRESCE SEM PRESSÃO INFLACIONÁRIA**

09/02/2010 – Gestão Sindical

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, reiterou nesta quinta-feira sua avaliação de que o Brasil está crescendo de maneira equilibrada e sem pressões inflacionárias. Em balanço sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o ministro disse também que conversou na véspera com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que também estaria "tranquilo" com o ritmo da economia.

Perguntado se, diante da atividade em recuperação, os depósitos compulsórios subiriam antes do juro no país, Mantega disse que este é um assunto do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

– Não há nada previsto nesse sentido neste momento.

O ministro também foi questionado por jornalistas sobre o tom da ata do Comitê de Política Monetária (Copom), mas disse que ainda não havia lido o documento. O colegiado do BC avaliou na ata que, em meio aos sinais de retomada da demanda doméstica, os riscos para a inflação podem aumentar e que a política monetária precisa ser "especialmente vigilante".

Mais cedo, Mantega destacou que o investimento "floresce" no país e estimou expansão de 16 a 20% nesse indicador. Sobre o crédito, o ministro disse:

– Estamos crescendo em um ritmo de 15% e vamos crescer a 20% –, disse.

O ministro também reafirmou o compromisso com a meta de superávit primário de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

– Vamos ter todo esse sucesso econômico mantendo o equilíbrio das contas públicas.

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Redação

Data: 8/2/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=2977>

## **EM REGRA, O CARNAVAL NÃO É CONSIDERADO FERIADO NACIONAL**

09/02/2010 – Notas COAD

Apesar de muitas empresas, instituições e órgãos públicos funcionarem no período de Carnaval, a maior parte dos brasileiros não trabalha neste período (Em 2010, recairá de 13 a 16-2), incluindo a quarta-feira de cinzas.

Engana-se, no entanto, quem pensa que o Carnaval é um feriado nacional.

Os feriados nacionais civis são declarados em lei federal, e não há previsão em lei federal que estabelece os dias de Carnaval como feriados.

Entretanto, cabe ressaltar, que alguns Estados promulgam leis fixando a terça-feira de Carnaval como feriado estadual, como por exemplo, o Rio de Janeiro.

Desta forma, pode ser exigido o trabalho no período de Carnaval e o trabalhador que não comparecer ao serviço nesse período está sujeito ao desconto dos dias de ausência, à advertência e até mesmo à suspensão, dependendo do prejuízo causado ao empregador.

No caso da quarta-feira de cinzas, o procedimento é idêntico ao dos dias de Carnaval, ou seja, não é feriado, podendo o empregador descontar o dia não trabalhado. Na quarta-feira de cinzas, o trabalho em "meio expediente" é um costume nacional, que toma por base o funcionamento dos bancos.

Fonte: Redação COAD - Trabalho e Previdência

## **RFB ATUALIZA NORMA SOBRE O REGISTRO NO CNPJ**

09/02/2010 – Notas COAD

Foi publicada no Diário Oficial desta terça-feira, 9/2, a Instrução Normativa 1.005 RFB/2010, que atualiza as normas que dispõem sobre a inscrição, alteração, baixa de inscrição e restabelecimento de inscrição perante o CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Também foi divulgada no mesmo Diário Oficial a Instrução Normativa 1.006 RFB/2010, que aprova o Programa Gerador de Documentos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, versão 3.0 (PGD CNPJ/Cadastro Sincronizado 3.0), o Programa Gerador de Documentos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (PGD CNPJ versão web), o Aplicativo Classificador do Objeto Social (versão web), o Aplicativo Visualizador de Atos Cadastrais do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (versão web), o Aplicativo Visualizador das Juntas Comerciais (versão web), o Aplicativo Consulta de Remessa (versão web) e o Aplicativo Deferidor de Convenientes (versão web).

Os aplicativos aprovados estão disponíveis na internet no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Os mencionados Atos produzem efeitos a partir de 8-2-2010.

## **DIVULGADO O CÂMBIO PARA ATUALIZAÇÕES DE BALANÇO EM JANEIRO**

09/02/2010 – Notas COAD

A variação das taxas de câmbio das principais moedas para atualizar os créditos e obrigações do balanço em janeiro de 2010, conforme o Ato Declaratório Executivo 6 COSIT/2010, publicado no Diário Oficial desta terça-feira, 9/2, são as seguintes:

<b>Moeda</b>	<b>Cotação Compra R\$</b>	<b>Cotação Venda R\$</b>
Dólar dos Estados Unidos	1,87400	1,87480

Euro	2,60171	2,60297
Franco Suíço	1,76626	1,76768
Iene Japonês	0,020734	0,020746
Libra Esterlina	2,99864	3,00045

## PROJETO REDUZ PARA 65 ANOS IDADE MÍNIMA PARA SAQUE DO FGTS

09/02/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 6609/09, do Senado, que reduz de 70 para 65 anos a idade mínima para o trabalhador ter direito a sacar o dinheiro em sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Atualmente, a legislação (Lei 8036/90) autoriza o saque do fundo em diversas situações, como em casos de demissão sem justa causa, compra da casa própria, fechamento de empresa, aposentadoria pela Previdência Social e se o trabalhador ou algum de seus dependentes for portador de câncer.

### **Expectativa de vida**

Para o autor da proposta, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), a idade mínima de 70 anos é muito elevada, porque a expectativa de vida do brasileiro (de 72,86 anos, de acordo com o IBGE) faz com que, em média, a pessoa tenha menos de três anos para usufruir os recursos.

"Proponho que o trabalhador que já possui moradia própria ou não se interessa em adquiri-la e que ainda está no mercado de trabalho não tenha que esperar os 70 anos de idade para ter acesso ao que é seu. Afinal, aos 70 anos, provavelmente estará aposentado, podendo sacar os recursos por motivos de aposentadoria", argumenta o senador.

### **Tramitação**

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara